nem que este Estado possa incorrer em responsabilidade pelos prejuízos que lhes causou pela transposição incorrecta da referida directiva, quando os eventos que condicionam o funcionamento da garantia prevista na directiva tiveram lugar antes da data da adesão.

(¹) JO C 331 de 1.11.1997.

ACÓRDÃO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

(Quinta Secção)

de 15 de Junho de 1999

no processo C-394/97 (pedido de decisão prejudicial apresentada pelo Helsingin Käräjäoikeus): processo penal contra Sami Heinonen (¹)

(«Mercadorias contidas nas bagagens pessoais dos viajantes — Viajantes provenientes de países terceiros — Franquias — Proibição de importação ligada a uma duração mínima de estadia no estrangeiro»)

(1999/C 226/09)

(Língua do processo: finlandês)

(Tradução provisória: a tradução definitiva será publicada na «Colectânea da Jurisprudência»)

No processo C-394/97, que tem por objecto um pedido dirigido ao Tribunal de Justiça, nos termos do artigo 234.º CE (ex-artigo 177.º), pelo Helsingin käräjäoikeus (Finlândia), destinado a obter, no processo penal pendente neste órgão jurisdicional contra Sami Heinonen, uma decisão a título prejudicial sobre a interpretação do Regulamento (CEE) n.º 918/83 do Conselho, de 28 de Março de 1983, relativo ao estabelecimento do regime comunitário das franquias aduaneiras (JO L 105, p. 1; EE 02 F9, p. 276), e da Directiva 69/169/CEE do Conselho, de 28 de Maio de 1969, relativa à harmonização das disposições legislativas, regulamentares e administrativas respeitantes às franquias dos impostos sobre o volume de negócios e dos impostos sobre consumos específicos cobrados na importação no tráfego internacional de viajantes (JO L 133, p. 6; EE 09 F1, p. 19), o Tribunal de Justiça (Quinta Secção) composto por: J.-P. Puissechet, presidente de secção, P. Jann (relator), J. C. Mointinho de Almeida, C. Gulmann e M. Wathelet, juizes, advogado-geral: A. Saggio, secretário: H. von Holstein, secretário adjunto, proferiu em 15 de Junho de 1999 um acórdão cuja parte decisória é a seguinte:

- 1) O Regulamento (CEE) n.º 918/83 do Conselho, de 28 de Março de 1983, relativo ao estabelecimento do regime comunitário das franquias aduaneiras, e a Directiva 69/169/CEE do Conselho, de 28 de Maio de 1969, relativa à harmonização das disposições legislativas, regulamentares e administrativas respeitantes às franquias dos impostos sobre o volume de negócios e dos impostos sobre consumos específicos cobrados na importação no tráfego internacional de viajantes, não se opõem a uma regulamentação nacional que proíbe ou restringe, por razões de moralidade pública, de ordem pública, de segurança pública ou de protecção da saúde e da vida das pessoas, a importação de certas mercadorias por viajantes provenientes de países terceiros.

2) O Regulamento n.º 918/83 e a Directiva 69/169 não se opõem, em princípio, a uma regulamentação nacional que, a fim de assegurar a manutenção da ordem pública, restringe a importação de bebidas alcoólicas por viajantes provenientes de países terceiros.

3) O Regulamento n.º 918/83 e a Directiva 69/169 não se opõem a uma regulamentação nacional que, com a preocupação de lutar contra as perturbações da ordem pública relacionadas com o consumo de álcool, restringe a importação de bebidas alcoólicas pelos viajantes provenientes de países terceiros, em função da duração da viagem.

(¹) JO C 41 de 7.2.1998.

ACÓRDÃO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

(Quinta Secção)

de 15 de Junho de 1999

no processo C-421/97 (pedido de decisão prejudicial do Tribunal de Grande Instance de Meaux): Yves Tarantik contra Direction des services fiscaux de Seine-et-Marne (¹)

(«Artigo 95.º do Tratado (que passou, após alteração, a artigo 90.º CE) — Imposto diferencial sobre os veículos a motor»)

(1999/C 226/10)

(Língua do processo: francês)

(Tradução provisória: a tradução definitiva será publicada na «Colectânea da Jurisprudência»)

No processo C-421/97, que tem por objecto um pedido dirigido ao Tribunal de Justiça, nos termos do 234.º CE (ex-artigo 177.º), pelo Tribunal de Grande Instance de Meaux (França), destinado a obter, no litígio pendente neste órgão jurisdicional entre Yves Tarantik e Direction des services fiscaux de Seine-et-Marne, uma decisão a título prejudicial sobre a interpretação do artigo 95.º do Tratado (que passou, após alteração, a artigo 90.º CE), o Tribunal de Justiça (Quinta Secção), composto por: J.-P. Puissechet, presidente de secção, J.C. Mointinho de Almeida, C. Gulmann, L. Sevón e M. Wathelet (relator), juizes, advogado-geral: F.G. Jacobs, secretário: H. von Holstein, secretário adjunto, proferiu em 15 de Junho de 1999 um acórdão cuja parte decisória é a seguinte:

Uma regulamentação nacional relativa ao imposto sobre veículos a motor, tal como a que está em causa no processo principal, não tem, devido ao aumento do coeficiente de progressividade da taxa entre o escalão de tributação de 15-16 CV, por um lado, e os escalões de tributação superiores a 18 CV, que abrangem apenas veículos importados, por outro, efeitos discriminatórios ou protectores, incompatíveis com o artigo 95.º, primeiro parágrafo, do Tratado, desde que:

- os veículos abrangidos pelo escalão de tributação de 15-16 CV não possam ser considerados como produtos similares, na acepção da disposição referida, aos veículos abrangidos pelos escalões de tributação superiores à 18 CV e, mais especialmente, aos veículos abrangidos pelo escalão de 23 CV ou mais, tais como o do recorrente no processo principal,
- ou, embora alguns dos veículos abrangidos pelo escalão de tributação de 15-16 CV possam ser considerados como produtos similares aos veículos abrangidos pelos escalões de imposto superiores a 18 CV e, mais especialmente, aos abrangidos pelo escalão de 23 CV ou mais, os consumidores dispuserem, entre os veículos abrangidos pelo escalão de imposto de 15-16 CV importados, de uma escolha tal que o aumento do coeficiente de progressividade entre o escalão de tributação de 15-16 CV e os escalões superiores a 18 CV ou mais, não seja susceptível de favorecer a venda de veículos de fabricação nacional.

(¹) JO C 41 de 7.2.1998.

ACÓRDÃO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

(Quinta Secção)

de 17 de Junho de 1999

no processo C-260/97 (pedido de decisão prejudicial apresentado pelo Bundesgerichtshof): Unibank A/S contra Flemming G. Christensen (¹)

(«Convenção de Bruxelas — Interpretação do artigo 50.º — Conceito de “actos autênticos exarados num Estado Contratante e que nesse Estado tenham força executiva” — Acto elaborado sem intervenção de um agente público — Artigos 32.º e 36.º»)

(1999/C 226/11)

(Língua do processo: alemão)

(Tradução provisória: a tradução definitiva será publicada na «Colectânea da Jurisprudência»)

No processo C-260/97, que tem por objecto um pedido dirigido ao Tribunal de Justiça, nos termos do Protocolo de 3 de Junho de 1971, relativo à interpretação pelo Tribunal de Justiça da Convenção de 27 de Setembro de 1968, relativa à competência judiciária e à execução de decisões em matéria civil e comercial, pelo Bundesgerichtshof (Alemanha), destinado a obter, no litígio pendente neste órgão jurisdicional entre Unibank A/S e Flemming G. Christensen, uma decisão a título prejudicial sobre a interpretação dos artigos 32.º, 36.º e 50.º da Convenção de 27 de Setembro de 1968, já referida (JO 1972, L 299, p. 32; EE 1 F01, p. 186), tal como foi alterada pela Convenção de 9 de Outubro de 1978, relativa à adesão do Reino da Dinamarca, da Irlanda e do Reino Unido da Grã-Bretanha e da Irlanda do Norte (JO L 304, p. 1, e — texto

alterado — p. 77; EE 1 F02, p. 131) e pela Convenção de 25 de Outubro de 1982, relativa à adesão da República Helénica (JO L 388, p. 1; EE 1 F03, p. 234) o Tribunal de Justiça (Quinta Secção), composto por J.-P. Puissochet, presidente de secção, J. C. Moitinho de Almeida, D. A. O. Edward (relator), L. Sevón e M. Wathelet, juízes, advogado-geral: A. La Pergola, secretário: R. Grass, proferiu em 17 de Junho de 1999 um acórdão cuja parte decisória é a seguinte:

Um título de crédito executório por força do direito do Estado de origem, cuja autenticidade não foi estabelecida por uma autoridade pública ou por qualquer outra autoridade habilitada por esse Estado a fazê-lo, não constitui um acto autêntico na acepção do artigo 50.º da Convenção de 27 de Setembro de 1968, relativa à competência judiciária e à execução de decisões em matéria civil e comercial, tal como foi alterada pela Convenção de 9 de Outubro de 1978, relativa à adesão do Reino da Dinamarca, da Irlanda e do Reino Unido da Grã-Bretanha e da Irlanda do Norte e pela Convenção de 25 de Outubro de 1982, relativa à adesão da República Helénica.

(¹) JO C 295 de 27.9.1997.

ACÓRDÃO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

(Quinta Secção)

de 17 de Junho de 1999

no proceso C-184/97 (pedido de decisão prejudicial do Tribunale di Genova): Industrie Aeronautiche e Meccanische Rinaldo Piaggio SpA contra International Factors Italia SpA — (Ifitalia), Dornier Luftfahrt GmbH e Ministero della Difesa (¹)

(«Auxílios de Estado — Artigo 92.º do Tratado CE (que passou, após alteração, a artigo 87.º CE) — Auxílio novo — Notificação prévia»)

(1999/C 226/12)

(Língua do processo: italiano)

(Tradução provisória: a tradução definitiva será publicada na «Colectânea da Jurisprudência»)

No processo C-295/97, que tem por objecto um pedido dirigido ao Tribunal de Justiça, nos termos do artigo 234.º CE (ex-artigo 177.º), pelo Tribunale di Genova (Itália), destinado a obter, no litígio pendente neste órgão jurisdicional entre Industrie Aeronautiche e Meccaniche Rinaldo Piaggio SpA e International Factors Italia SpA — (Ifitalia), Dornier Luftfahrt GmbH, Ministero della Difesa, uma decisão a título prejudicial sobre a interpretação do artigo 92.º do Tratado CE (que passou, após alteração, a artigo 87.º CE), o Tribunal de Justiça